



Relatório da Administração 2008



Aos Senhores Acionistas e à Sociedade

A administração da **J. Macêdo S/A** submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2008. As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM.

Mensagem da Administração

Para a J.Macêdo S/A 2008 foi um ano de renovação, com novas conquistas e avanços que tornaram a Companhia mais sólida, mesmo com o ambiente de turbulência e volatilidade em que se encontra o mercado internacional. Os resultados obtidos demonstram o esforço e comprometimento da administração e de todos os colaboradores na estratégia de expansão de nossos negócios.

Em 2008, lançamos uma nova linha de produtos com a marca Dona Benta Sítio do Picapau Amarelo. O ano também foi marcado por importantes avanços internos. Iniciamos a implementação de uma política de gestão de capital humano, visando adotar uma melhor prática de remuneração dos nossos colaboradores e criamos o Código de Ética e de Conduta, instrumento que ajuda a aprimorar nossas práticas de governança corporativa.

Outro importante passo foi a implantação de novo sistema de gestão, com o objetivo de modernizar as práticas e processos de negócio da empresa com o suporte de tecnologia (sistemas e infra-estrutura), através da adoção de um novo sistema de gestão da SAP e outros sistemas interligados para desenvolver inteligência de mercado, gestão de clientes e fornecedores, aprimorando os controles da Companhia e oferecendo maior confiabilidade, agilidade e melhoria de processos.

O lucro líquido de 2008 foi de R\$ 42,5 milhões, superior em 300% ao obtido no ano anterior. A receita líquida de vendas e/ou serviços atingiu R\$ 1,3 bilhão, um acréscimo de 22% em relação ao ano anterior e o EBITDA foi de R\$ 85,7 milhões, 57% maior que o do ano anterior.

Em 2009, continuaremos na busca do crescimento sustentável de nossas marcas e da ampliação da lucratividade através da instalação de novas linhas de produção.

Agradecemos aos acionistas a confiança em nosso trabalho. Ressaltamos que o desempenho alcançado em 2008 reflete a força de nossas marcas, a confiança dos nossos fornecedores, o compromisso com a satisfação e a preferência de nossos consumidores por nossos produtos, além do comprometimento e a dedicação de nossos colaboradores e parceiros comerciais.

Desempenho Setorial

O ano de 2008 foi de quebra de recordes históricos dos preços da maioria das *commodities* e também marcou a volta da intervenção de governos na comercialização de produtos agrícolas em praticamente todo o mundo. O trigo foi um dos produtos onde variações de preço e intervenção estatal foi mais intensa.

Os preços recordes praticados no primeiro semestre incentivaram o plantio em todo o mundo, que somado as condições climáticas favoráveis deram ao mundo a maior safra de trigo da história, sendo a colheita mundial 2008/09 estimada em 684 milhões de toneladas, o novo recorde de produção, 74 milhões de toneladas acima da safra anterior. A melhora no abastecimento, somado a crise financeira mundial iniciada em setembro provocou a queda de preços das *commodities* e fez com que os preços do trigo recuassem no final de 2008 em todos os mercados, o que no caso brasileiro foi em parte compensado pela desvalorização do real em relação ao dólar.

A avaliação dos ganhos de competitividade de compra de J. Macêdo versus concorrentes na compra de trigo argentino, medido pelo indicador de preços médios FOB apontados no sistema ALICEWEB do MDIC, mostra consistentes ganhos acumulados de US\$ 19,53 por tonelada em 2008 (-6,54%), comparados a US\$ 8,57 em 2007 (- 4,1%) e a US\$ 5,34 (-3,5%) no ano de 2006, demonstrando o acerto das estratégias de compras adotadas pela Companhia.

Farinhas Domésticas

A participação de mercado da Companhia apresentada nos dados bimestrais de outubro/novembro 2008 auditados pela AC Nielsen, revela a continuidade de sua liderança no segmento, conforme demonstrado a seguir, estando consistente com o movimento de manutenção estratégica de *market share* nesta linha de produto.

A Companhia apresentou uma estabilidade em sua liderança nacional, com 27,3% de *share volume*, mantendo a diferença de aproximadamente 22 p.p. (ponto percentual) em relação ao seu principal concorrente.

O preço médio das farinhas domésticas comercializadas pela J. Macêdo demonstrou a melhor *performance* entre os seus maiores competidores, comprovando a força de suas marcas e o esforço da Companhia em proteger suas margens.

Farinhas - % Share Volumes

Fabricantes	Bimestres			Δ Pontos ON07 x ON08
	ON07	AS08	ON08	
J. Macêdo	27,00	27,00	27,30	0,30
A	6,70	5,50	5,80	(0,90)
B	4,70	4,50	3,50	(1,20)
C	4,60	4,40	4,50	(0,10)
D	1,40	1,90	2,10	0,70
Outros	55,60	56,70	56,80	1,20
Total	100,00	100,00	100,00	

Fonte: AC Nielsen

AS – Agosto/ Setembro ON – Outubro/ Novembro

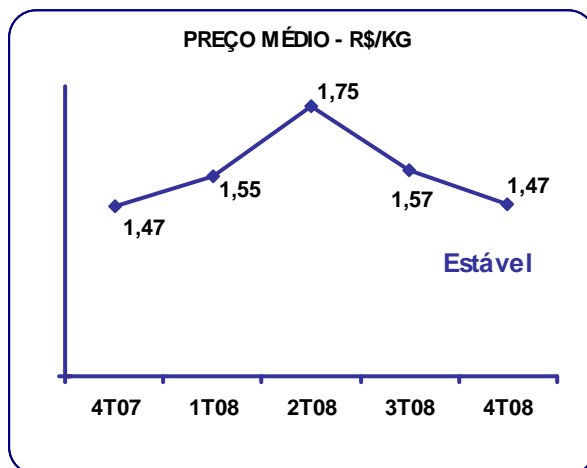
Farinhas - % Share Valor

Fabricantes	Bimestres			Δ Pontos ON07 x ON08
	ON07	AS08	ON08	
J. Macêdo	31,10	31,70	31,30	0,20
A	6,40	5,10	5,40	(1,00)
B	4,20	3,70	2,90	(1,30)
C	5,00	4,50	4,80	(0,20)
D	1,80	2,40	2,70	0,90
Outros	51,50	52,60	52,90	1,40
Total	100,00	100,00	100,00	

Fonte: AC Nielsen

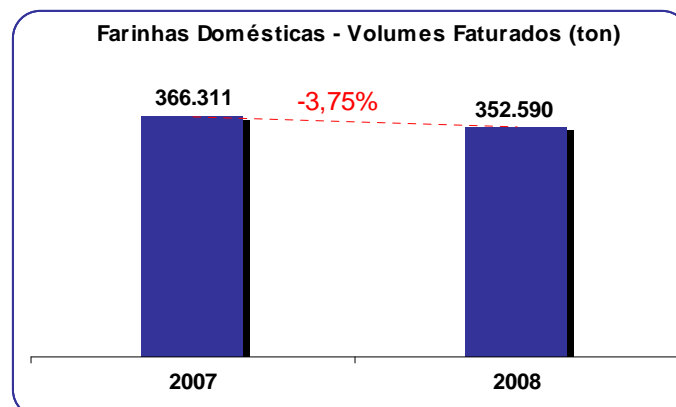
AS – Agosto/Setembro ON – Outubro/ Novembro

Farinhas Domésticas



A elevação de preço implementado durante o ano de 2008 foi necessária para repassar o aumento de custo de nosso principal insumo – trigo – que apresentou uma evolução de 46% no primeiro semestre de 2008. Com a estabilização da oferta de trigo no mercado argentino e início da safra nacional, houve redução dos preços, frente a este novo cenário, finalizando o ano com a mesma média de 2007.

O gráfico abaixo demonstra uma pequena queda de volumes no ano de 2008 quando comparado com o mesmo período do ano anterior.



Massas Alimentícias

Massas Secas

Conforme demonstrado no quadro seguinte, houve um aumento de participação de mercado nesse segmento de 2,0 p.p. no último ano, e de 0,5 p.p. em relação ao último bimestre. Podemos observar que a variação entre o *share* da Companhia e o do nosso principal concorrente manteve-se praticamente estável, mesmo com a aquisição de nova marca efetuado pela concorrência no qual seu *share* foi acrescido de 2,9 p.p.

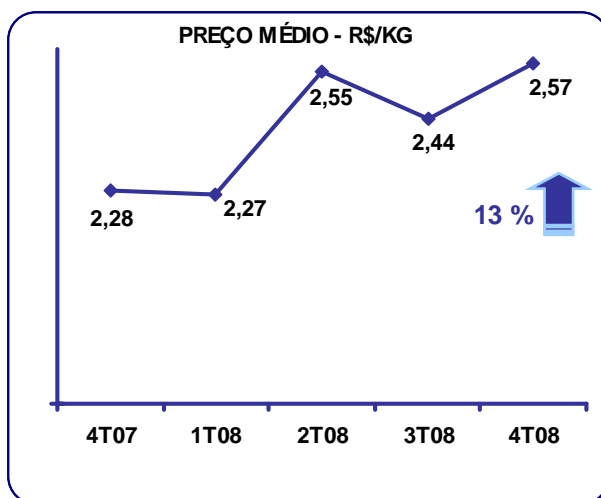
Massas - % Share Volumes

Fabricantes	Bimestres			Δ Pontos ND07 x ND08
	ND07	SO08	ND08	
J. Macêdo	11,60	13,00	13,50	1,90
A	18,60	19,40	21,40	2,80
B	10,10	9,80	10,20	0,10
C	6,00	5,90	6,50	0,50
D	6,20	6,40	5,60	(0,60)
Outros	47,50	45,50	42,80	(4,70)
Total	100,00	100,00	100,00	

Fonte: AC Nielsen

SO – Setembro/Outubro ND – Novembro/Dezembro

Massas Alimentícias

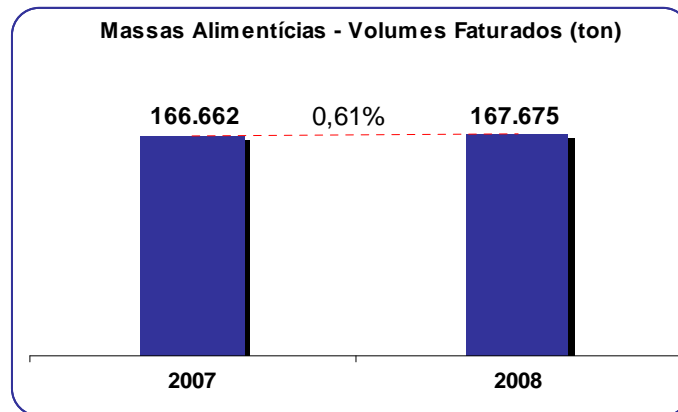


O aumento de preço de 13% no ano de 2008 ocorreu devido ao repasse da elevação dos custos da categoria massas, em consequência do aumento do preço do trigo. Após a estabilização na oferta no mercado de trigo argentino e início da safra nacional houve ajuste nos preços das massas, considerando o novo cenário.

Entretanto, no terceiro trimestre de 2008, o cenário externo apresentou queda drástica e súbita do preço do trigo (*commodities*) influenciando o

recuo do preço das massas, cujo movimento já apresentou recuperação no último trimestre.

O gráfico abaixo demonstra a estabilidade dos volumes faturados em massas alimentícias quando comparado com o mesmo período do ano anterior, reforçando o crescimento de participação de mercado apresentado na última leitura Nielsen.



Misturas para Bolo

A liderança deste mercado continua pertencendo à Companhia, embora produtos de qualidade menor e com marcas regionais tenham ingressando no mercado, tornando-o mais disputado. Com produtos diferenciados, prosseguimos em nossa estratégia de inovações e qualidade superior.

A tabela seguinte demonstra as participações da Companhia, traduzidas em *share* volume, conforme levantamentos da AC Nielsen para o bimestre de outubro/ novembro de 2008, onde podemos observar a manutenção da participação de mercado quando comparamos com a leitura do mesmo período do ano anterior, consequência da estratégia de diferenciação, qualidade superior de nossos produtos e expansão da distribuição.

Misturas - % Share Volume

Fabricantes	Bimestres			Δ Pontos ON07 x ON08
	ON07	AS08	ON08	
J. Macêdo	41,60	42,40	41,90	0,30
A	14,10	13,10	13,30	(0,80)
B	4,50	5,30	5,50	1,00
C	3,10	4,30	3,90	0,80
D	3,00	2,70	2,60	(0,40)
Outros	33,70	32,20	32,80	(0,90)
Total	100,00	100,00	100,00	

Fonte: AC Nielsen

AS – Agosto/Setembro ON – Outubro/ Novembro

A tabela a seguir demonstra a medida de *share* valor no mesmo bimestre de outubro/ novembro de 2008, na qual observamos uma redução 1,5 p.p. em sua participação, no entanto, sem afetar a liderança da Companhia em relação aos demais concorrentes.

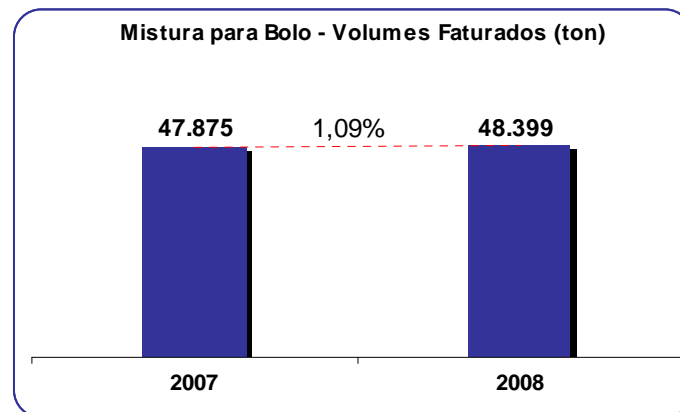
Misturas - % Share Valor

Fabricantes	Bimestres			Δ Pontos ON07 x ON08
	ON07	AS08	ON08	
J. Macêdo	43,30	42,50	41,80	(1,50)
A	10,60	10,30	10,60	-
B	5,50	6,60	7,00	1,50
C	2,30	3,30	2,90	0,60
D	5,30	5,00	5,00	(0,30)
Outros	33,00	32,30	32,70	(0,30)
Total	100,00	100,00	100,00	

Fonte: AC Nielsen

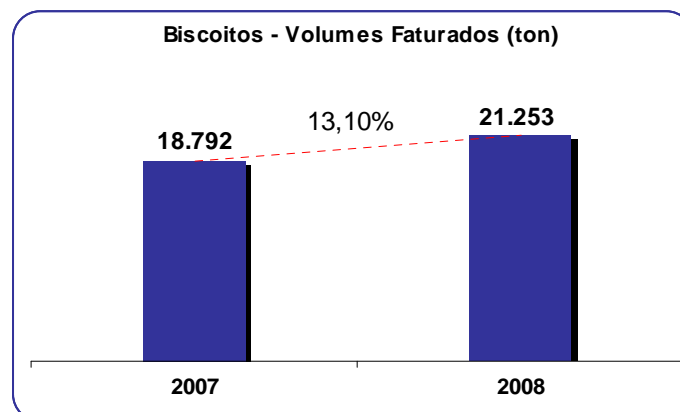
AS – Agosto/Setembro ON – Outubro/ Novembro

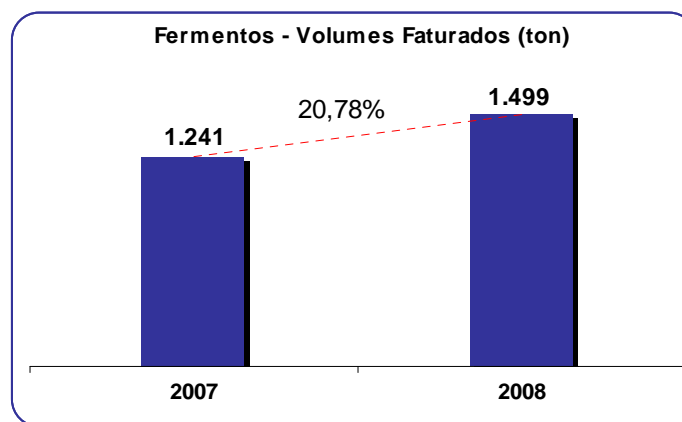
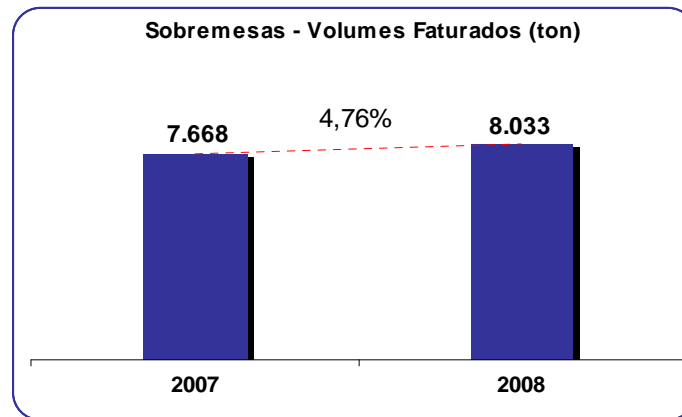
Também em misturas domésticas para bolos, os volumes faturados apresentam pequeno crescimento quando comparamos o ano de 2008 com o mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Demais Categorias

Conforme demonstram os gráficos a seguir, as demais categorias onde atuamos também apresentaram um crescimento relevante no ano de 2008 em relação ao ano anterior, com destaque para o crescimento nas vendas de biscoitos em 2,5 mil toneladas, que corresponde a 13,1% no período.





Desempenho Econômico-Financeiro

Principais Indicadores – Em R\$ Mil

Descrição	4T08	4T07	4T08 X 4T07 (%)	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Receita Bruta	364.645	362.552	0,6%	1.512.251	1.260.169	20,0%
Receita Líquida de Impostos	310.682	302.973	2,5%	1.271.350	1.044.626	21,7%
Lucro Bruto	88.986	90.759	-2,0%	364.543	319.387	14,1%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	28,6%	30,0%	-1,3 p.p.	28,7%	30,6%	-2,0 p.p.
Resultado antes do IR	6.457	13.497	-52,2%	47.188	19.985	N/A
Margem Operacional (%)	2,1%	4,5%	-2,0 p.p.	3,7%	1,9%	2,0 p.p.
EBITDA	19.803	22.591	-12,3%	85.728	54.687	56,8%
Margem EBITDA (%)	6,4%	7,5%	-3,2 p.p.	6,7%	5,2%	1,2 p.p.

RECEITA BRUTA

Faturamento – Em R\$ Mil

Faturamento	4T08	4T07	4T08 X 4T07 (%)	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	142.620	152.210	-6,3%	626.465	532.875	17,6%
Massa	99.423	98.775	0,7%	416.669	335.774	24,1%
Mistura para Bolo	37.191	38.785	-4,1%	146.108	138.692	5,3%
Biscoito	18.202	15.837	14,9%	74.075	59.846	23,8%
Sobremesa	12.842	11.547	11,2%	35.869	33.662	6,6%
Fermento	6.838	5.907	15,8%	24.908	22.479	10,8%
Outros	47.528	39.491	20,4%	188.158	136.841	37,5%
Total J.Macedo	364.645	362.552	0,6%	1.512.251	1.260.169	20,0%

A receita bruta no 4T08 totalizou R\$ 364,6 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação aos R\$ 362,5 milhões registrados no 4T07. Entretanto, em relação ao ano de 2008, a receita bruta totalizou R\$ 1.512,3 milhões, apresentando um aumento de 20,0% em relação aos R\$ 1.260,2 milhões registrados em 2007. Este crescimento deve-se basicamente ao repasse do custo do trigo.

Composição das Vendas

Toneladas	4T08	4T07	4T08 X 4T07 (%)	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	131.910	144.914	-9,0%	545.232	558.984	-2,5%
Massa	37.954	45.449	-16,5%	167.675	166.662	0,6%
Mistura para Bolo	12.116	14.366	-15,7%	48.399	47.875	1,1%
Biscoito	5.079	4.947	2,7%	21.253	18.792	13,1%
Sobremesa	2.922	2.828	3,3%	8.033	7.668	4,8%
Fermento	417	348	19,7%	1.499	1.241	20,8%
Outros	2.737	2.960	-7,5%	10.905	10.136	7,6%
Total J.Macedo	193.135	215.812	-10,5%	802.995	811.355	-1,0%

CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos em 2008 totalizaram R\$ 906,8 milhões, equivalentes a 71% da receita líquida. Quando comparados aos R\$ 725,2 milhões (69% da Receita Líquida) registrados em 2007, verifica-se um aumento de 2 p.p.

Abaixo demonstramos os principais componentes de custos e respectivas variações.

Custo dos Produtos Vendidos – Em R\$ Mil

Custo dos Produtos Vendidos	4T08	4T07	4T08 X 4T07 (%)	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Trigo	(141.121)	(147.270)	-4,2%	(623.084)	(484.680)	28,6%
Ingredientes	(26.647)	(17.875)	49,1%	(87.713)	(68.587)	27,9%
Embalagem	(19.243)	(17.654)	9,0%	(71.679)	(67.731)	5,8%
Energia Elétrica Consumo	(5.108)	(5.362)	-4,7%	(20.028)	(20.249)	-1,1%
Serviços de Terceiros	(14.276)	(8.333)	71,3%	(46.298)	(28.132)	64,6%
Custos Fixos Industriais	(11.540)	(14.081)	-18,0%	(49.776)	(49.567)	0,4%
Depreciação	(2.628)	(1.639)	60,3%	(8.229)	(6.293)	30,8%
Total	(220.563)	(212.214)	3,9%	(906.807)	(725.239)	25,0%

No 4T08 os custos de bens e/ou serviços vendidos totalizaram R\$ 220,6 milhões, que representam 71% da receita líquida, com um aumento de 1,0 p.p. (ponto percentual) quando comparados aos R\$ 212,2 milhões registrados no 4T07, que representavam 70% da receita líquida naquele período.

O trigo, nosso principal item, corresponde a 69% do custo total de 2008, enquanto que em 2007 esta proporção era de 67%. Os motivos das elevações do preço do trigo estão detalhados no “Desempenho Setorial”. A elevação de 27,8% do custo dos ingredientes deve-se ao aumento do custo de algumas matérias primas para a fabricação da farinha doméstica e da elevação no preço do dólar, pois a maioria delas é importada. Já o aumento nos Serviços de Terceiros de 64,4% em relação ao ano anterior, foi devido ao crescimento da produção em fábricas terceirizadas.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 4T08 foi de R\$ 89,0 milhões, uma redução de 2,0% em relação aos R\$ 90,8 milhões registrados no 4T07. O ano de 2008 totalizou R\$ 363,4 milhões, aumento de 13,8% quando comparado com o exercício anterior. No 4T08 este lucro representa 28,6% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 30,0%. No ano de 2008 a representatividade é de 28,6% da receita líquida, e de 30,6% em igual período do ano anterior.

O 4T08 apresenta um lucro bruto de R\$ 460,75 por tonelada vendida, um crescimento de 9,6% quando comparado com os R\$ 420,55 registrados no 4T07. No ano de 2008 registrou-se um lucro bruto por tonelada vendida de R\$ 453,98, 15,3% acima dos R\$ 393,65 registrados em 2007. O crescimento do lucro bruto por tonelada vendida em 2008 demonstra o comprometimento da J.Macêdo em melhorar continuamente a lucratividade de seu portfólio através da melhoria do mix de produtos com os lançamentos de novos itens de maior valor agregado.

DESPESAS OPERACIONAIS – R\$ Mil

Despesas Operacionais	4T08	4T07	4T08 X 4T07 (%)	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Vendas	(55.910)	(49.992)	11,8%	(213.133)	(200.852)	6,1%
Gerais e Administrativas	(17.123)	(14.432)	18,6%	(68.151)	(61.662)	10,5%
Honorários da Administração	(1.173)	(1.344)	-12,7%	(4.744)	(5.053)	-6,1%
Depreciação/Amortização	(1.882)	(899)	109,3%	(4.153)	(3.696)	12,4%
Outras despesas/ receitas	(1.585)	(4.899)	-67,6%	(3.864)	(7.669)	-49,6%
Total	(77.673)	(71.566)	8,5%	(294.045)	(278.932)	5,4%

As despesas operacionais do 4T08 totalizaram R\$ 77,7 milhões, correspondentes a 25,0% da receita líquida do mesmo período, que comparados com os R\$ 71,6 milhões registrados no 4T07 (23,6% da receita líquida), proporcionam um crescimento de 8,5%, devido principalmente as despesas com vendas cujo aumento foi de 11,8%, e das despesas gerais e administrativas em 18,6%.

O ano de 2008 apresentou um total de despesas operacionais de R\$ 294,0 milhões (23,1% em relação a receita líquida do mesmo período), com redução de 3.6 p.p. quando comparados com os R\$ 278,9 milhões que representavam 26,7% em relação a receita líquida em 2007.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 55,9 milhões no 4T08, representando um acréscimo de 11,8% em relação aos R\$ 50,0 milhões do 4T07, e R\$ 213,1 milhões no ano de 2008, um acréscimo de 6,1% em relação ao ano anterior. Esta elevação foi motivada principalmente pelo aumento das despesas variáveis de verbas contratuais e pelos gastos com marketing referente a campanhas para divulgação de lançamento de novos produtos.

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 17,1 milhões no 4T08, um crescimento de 18,6% em relação aos R\$ 14,4 milhões do 4T07, e R\$ 68,2 milhões no ano de 2008, um acréscimo de 10,5% em relação ao ano anterior. Esta elevação foi basicamente devido ao aumento das despesas com pessoal em consequência do reajuste salarial médio de 6% concedido aos nossos colaboradores e ao aumento dos serviços de terceiros.

RESULTADOS FINANCEIROS – R\$ Mil

Resultado Financeiro	4T08	4T07	4T08 X 4T07 (%)	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Receitas Financeiras	8.720	3.670	137,6%	13.805	6.685	106,5%
Despesas Financeiras	(20.522)	(9.345)	119,6%	(42.642)	(26.588)	60,4%
Total	(11.802)	(5.675)	108,0%	(28.837)	(19.903)	44,9%

O resultado financeiro apresentou um aumento de 44,9% em 2008 comparado ao ano anterior. O aumento das despesas financeiras no exercício foi uma consequência da maior necessidade de capital de giro para sustentar o crescimento do “contas a receber” e “estoques” devido ao significativo aumento do preço do trigo, antes referido. O aumento das receitas financeiras no exercício foi basicamente causado pela receita de juros sobre aplicações financeiras.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E EBITDA

O resultado antes do imposto de renda do 4T08 foi de R\$ 6,5 milhões, inferior aos R\$ 13,5 milhões registrados no 4T07. Porém, o resultado acumulado do período apresentou um crescimento de R\$ 27,2 milhões, com a obtenção de R\$ 47,2 milhões de lucro antes do imposto de renda em 2008 frente aos R\$ 20,0 milhões de 2007.

No ano de 2008 o EBITDA foi de R\$ 85,7 milhões contra R\$ 54,7 milhões em igual período de 2007, proporcionando um relevante crescimento de 56,7%. Entretanto, o desempenho do 4T08 não pode acompanhar a mesma *performance*. O EBITDA apurado no 4T08 de R\$ 19,8 milhões foi inferior ao realizado no 4T07 de R\$ 22,6 milhões.

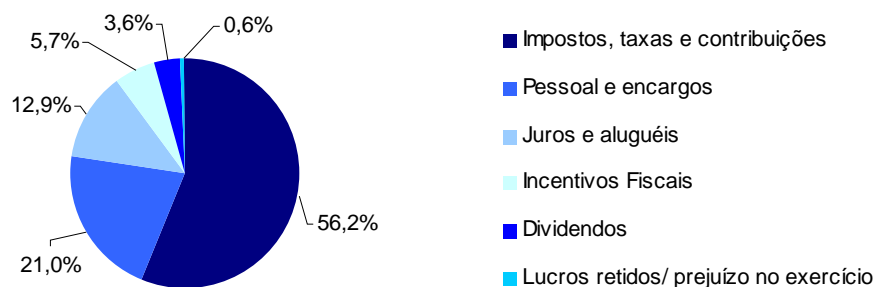
Conforme detalhado no Desempenho Setorial, houve um grande revés de preços das *commodities* exigindo que a Companhia recuasse seus preços, em menor proporção que seus concorrentes. Este efeito súbito no mercado influenciou a queda do resultado no trimestre, uma vez que a Companhia realizou estoques adquiridos antes do novo patamar de preços estabelecidos com a crise mundial.

Este movimento menos agressivo na curva de preços dos produtos fez com que houvesse uma pequena queda, quase tendendo a estabilidade, na participação em volume de farinhas domésticas, segundo a leitura AC Nielsen para agosto e setembro de 2008, ao que se contrapôs uma elevação mais substancial de *share* volume em massas secas, preservando condições que protegem e garantirão rentabilidade futura.

Podemos verificar que o resultado acumulado demonstra o comprometimento da Companhia com a recuperação de lucratividade e participação de mercado, focando ao mesmo tempo na melhoria contínua da qualidade de seus produtos e redução de custos fixos. Incrementando a estratégia de elevação de rentabilidade, novos produtos com alto valor agregado foram lançados no mercado no último trimestre de 2008.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O valor da riqueza gerada pela Companhia, apresentada na Demonstração do Valor Adicionado, foi assim percentualmente distribuído:



ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Curto Prazo	78.574	30.654	156,3%
Empréstimos e Financiamentos	44.999	11.815	N/A
Debêntures	33.575	18.839	78,2%
Longo Prazo	70.787	93.060	-23,9%
Empréstimos e Financiamentos	12.321	4.264	157,7%
Debêntures	58.466	88.796	-34,2%
Total Endividamento	149.361	123.714	20,7%
(-) Caixa	(89.143)	(43.662)	104,2%
Dívida Líquida	60.218	80.052	-24,8%

Indicadores Financeiros	2008	2007	2008 X 2007 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	0,70	1,46	-52,0%
Dívida Líquida/ PL	0,27	0,40	-33,6%
Endividamento/ Ativo Total	0,25	0,25	2,8%

O endividamento da Companhia em 2008 foi 20,7% maior que 2007. Este fato ocorreu devido a necessidade de capital de giro em consequência do crescimento de 20,0% da receita bruta e ao aumento do preço do trigo, antes referido.

INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S/A. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a firma Ernst & Young Auditores Independentes S.S., contratada no início de 2007 pelo Comitê de Auditoria. Não foram prestados serviços conflitantes conforme Instrução CVM 308.

Demonstrações Financeiras

J. MACÊDO S.A. e Consolidado

***31 de dezembro de 2008 e 2007
com Parecer dos Auditores Independentes***

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações financeiras auditadas

31 de dezembro de 2008 e 2007

Índice

Parecer dos auditores independentes	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Parecer dos auditores independentes

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

1. Examinamos o balanço patrimonial da J. Macêdo S.A. e o balanço patrimonial consolidado da J. Macêdo S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos referentes ao exercício findo naquela data, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 25 de março de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta, exceto pela demonstração das origens e aplicações de recursos, com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

5. As demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidada correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no quarto parágrafo, tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 25 de março de 2009

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-CE

Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4-S-CE

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-S-CE

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Balanças patrimoniais
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 5)	89.143	43.662	89.315	43.844
Contas a receber de clientes (Nota 6)	111.224	112.607	111.325	112.490
Estoques (Nota 7)	110.771	126.125	110.771	126.125
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	22.964	23.945	22.977	23.953
Outros créditos	13.615	2.343	13.681	2.380
Total do ativo circulante	347.717	308.682	348.069	308.792
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (Nota 4)	51.216	60.992	51.216	60.992
Bens destinados à venda (Nota 8)	5.789	7.301	5.789	7.301
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 9)	7.615	-	7.615	-
Outras contas a receber	1.980	6.624	1.994	6.624
Investimentos (Nota 10)	24.689	22.009	460	460
Imobilizado (Nota 11)	127.149	93.826	131.745	111.591
Intangível (Nota 13)	21.376	361	21.376	361
Diferido	-	491	-	491
Total do ativo não circulante	239.814	191.604	220.195	187.820
Total do ativo	587.531	500.286	568.264	496.612

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	40.724	40.573	40.731	40.389
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	44.999	11.815	44.999	11.815
Debêntures (Nota 15)	33.575	18.839	33.575	18.839
Arrendamento mercantil (Nota 12)	260	-	-	-
Tributos a recolher (Nota 16)	25.077	21.032	25.228	21.060
Salários e encargos a pagar	12.725	10.167	12.783	10.213
Partes relacionadas (Nota 4)	28.390	11.769	23.169	8.440
Fretes a pagar	6.631	7.810	6.631	7.810
Dividendos propostos (Nota 18e)	15.605	10.078	15.605	10.078
Adiantamentos de clientes	2.205	1.555	1.451	1.235
Outras contas a pagar	11.033	14.548	11.033	14.615
Total do passivo circulante	221.224	148.186	215.205	144.494
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	12.321	4.264	12.321	4.264
Debêntures (Nota 15)	58.466	88.796	58.466	88.796
Arrendamento mercantil (Nota 12)	13.266	-	-	-
Tributos a recolher (Nota 16)	31.343	34.602	31.343	34.602
Provisão para contingências (Nota 17)	24.602	24.587	24.602	24.587
Total do passivo não circulante	139.998	152.249	126.732	152.249
Participação de acionistas não controladores	-	-	18	18
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	197.872	197.872	197.872	197.872
Reserva de capital	601	601	601	601
Reservas de lucros	27.836	1.378	27.836	1.378
Total do patrimônio líquido	226.309	199.851	226.309	199.851
Total do passivo e patrimônio líquido	587.531	500.286	568.264	496.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita operacional bruta	1.512.251	1.260.169	1.512.675	1.262.822
Impostos, descontos e abatimentos	(240.901)	(215.543)	(241.292)	(215.922)
Receita operacional líquida	1.271.350	1.044.626	1.271.383	1.046.900
Custo dos produtos vendidos	(906.807)	(725.239)	(904.617)	(726.748)
Lucro bruto	364.543	319.387	366.766	320.152
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas (Nota 19)	(213.133)	(200.852)	(213.133)	(200.852)
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(68.151)	(61.662)	(68.285)	(61.784)
Honorários da administração (Nota 4)	(4.744)	(5.053)	(4.744)	(5.053)
Receitas financeiras (Nota 21)	13.805	6.685	13.747	6.685
Despesas financeiras (Nota 21)	(42.642)	(26.588)	(42.645)	(26.663)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 10)	2.680	172	-	-
Depreciação e amortização	(4.153)	(3.696)	(4.154)	(3.696)
Resultado na venda do imobilizado	2.847	(739)	2.847	(739)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 22)	(3.864)	(7.669)	(3.893)	(7.904)
	(317.355)	(299.402)	(320.260)	(300.006)
Lucro operacional	47.188	19.985	46.506	20.146
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.188	19.985	46.506	20.146
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23):				
Imposto de renda	(4.336)	(7.048)	(4.568)	(7.159)
Contribuição social	(1.642)	(2.329)	(1.737)	(2.379)
Incentivo fiscal do imposto de renda (Nota 24)	1.259	-	1.259	-
	(4.719)	(9.377)	(5.046)	(9.358)
Lucro líquido do exercício	42.469	10.608	41.460	10.608
Lucro por ação – R\$	1,95	0,49		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício	21.832.128	21.832.128		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Incentivos fiscais	Legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2006	197.872	363	-	848	7.941	207.024
Dividendos sobre lucros acumulados	-	-	-	-	(7.941)	(7.941)
Reserva de incentivos fiscais (Nota 24)	-	238	-	-	-	238
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.608	10.608
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 18e)	-	-	-	530	(530)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,49 por ação) (Nota 18e)	-	-	-	-	(10.078)	(10.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	197.872	601	-	1.378	-	199.851
Ajustes de exercício anteriores – Lei 11.638/07 (Nota 2.1)	-	-	-	-	(425)	(425)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.469	42.469
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 18e)	-	-	-	2.102	(2.102)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,71 por ação) (Nota 18e)	-	-	-	-	(15.586)	(15.586)
Reserva de incentivos fiscais (Nota 24)	-	-	24.356	-	(24.356)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	197.872	601	24.356	3.480	-	226.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixas das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	42.469	10.608	41.460	10.608
Ajustes de valores para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9.854	8.228	11.501	10.271
Equivalência patrimonial	(2.680)	(172)	-	-
Resultado de ativo imobilizado baixados	2.301	8.467	13.824	8.647
Constituição (reversão) de provisão para devedores duvidosos	(4.114)	5.298	(4.114)	5.298
Constituição (reversão) de provisão para bonificações	1.393	(1.512)	1.393	(1.512)
Constituição de provisão para contingências	15	2.865	15	2.865
Constituição (reversão) de provisão para obsolescência	128	(161)	128	(161)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	20.630	22.171	20.630	22.171
Incentivos fiscais – IRPJ (Sudene)	-	238	-	238
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	4.584	(6.527)	4.558	(6.355)
Estoques	15.226	(46.538)	15.226	(46.538)
Impostos e contribuições sociais a compensar	(6.634)	4.495	(6.642)	4.501
Partes relacionadas	24.504	14.780	24.504	14.780
Bens destinados à venda	(4.989)	(7.301)	(4.989)	(7.301)
Outros créditos	(6.628)	11.711	(5.656)	11.706
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	151	14.197	149	14.004
Arrendamento mercantil	13.526	-	-	-
Tributos a recolher	786	457	908	485
Salários e encargos a pagar	2.558	1.368	2.571	1.377
Partes relacionadas	1.893	2.059	-	-
Frete a pagar	(1.179)	(59)	(1.179)	(59)
Adiantamento de clientes	650	327	688	326
Outras contas a pagar	(4.418)	(9.006)	(4.959)	(9.315)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	110.026	35.993	110.016	36.036
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	-	(235)	-	(235)
Imobilizado	(49.029)	(23.750)	(49.029)	(23.767)
Intangível	(21.272)	(119)	(21.272)	(119)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	10.800	-	10.800	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(59.501)	(24.104)	(59.501)	(24.121)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos/financiamentos	129.355	123.463	129.355	123.463
Captação de debêntures	-	107.635	-	107.635
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(95.399)	(206.715)	(95.399)	(206.715)
Amortização de principal e juros de debêntures	(28.939)	-	(28.939)	-
Dividendos pagos	(10.061)	(10.976)	(10.061)	(10.976)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(5.044)	13.407	(5.044)	13.407
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	45.481	25.296	45.471	25.322
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	43.662	18.366	43.844	18.522
No final do exercício	89.143	43.662	89.315	43.844
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	45.481	25.296	45.471	25.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	2008	2008
1 – Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.512.233	1.512.657
(-) Abatimentos e descontos	(22.901)	(22.901)
Outras receitas	8.274	8.274
	1.497.606	1.498.030
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(844.761)	(843.354)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(221.377)	(221.891)
Recuperação de valores ativos	(7.392)	(7.392)
Outras despesas operacionais	(5.754)	(5.803)
	(1.079.284)	(1.078.440)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	418.322	419.590
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(5.883)	(6.300)
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	412.439	413.290
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado da equivalência patrimonial	2.680	-
Receitas financeiras	13.805	13.746
Outras	1.259	1.259
	17.744	15.005
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	430.183	428.295
8 - Distribuição do valor adicionado		
Empregados	90.392	91.058
Remuneração direta	57.054	57.666
Honorários da administração	4.744	4.744
Participação dos empregados nos lucros	3.000	3.000
Benefícios	16.082	16.134
FGTS	6.000	6.000
Outros gastos	3.512	3.514
Impostos, taxas e contribuições	241.644	242.094
Federais	119.812	120.258
Estaduais	120.381	120.385
Municipais	1.451	1.451
Remuneração de capital de terceiros	55.678	53.683
Juros	42.643	42.645
Aluguéis	13.035	11.038
Remuneração de capital próprio	42.469	41.460
Lucros distribuídos	42.469	41.460
Total	430.183	428.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”) atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda e Boa Sorte.

A Companhia opera com centros de distribuição nas regiões nordeste, centro oeste, sudeste e sul, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

b) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas--Continuação

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia estabeleceu a *data de transição* para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 desobrigou as companhias a aplicar o disposto na NPC 12 e Deliberação CVM nº 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, as companhias devem demonstrar o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia e suas controladas exerceram a faculdade prevista nesse CPC e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas--Continuação

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007;
- CPC 02 Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas--Continuação

- CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro de 2008;
- CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, provado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.
- Orientação OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008.

O balanço patrimonial inicial de 1º de janeiro de 2008 (data de transição) foi preparado considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento contábil CPC 13, sendo elas:

a) Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras de 2007 estão preparadas nas bases contábeis vigentes em 2007. A opção dada pelo CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008 foi adotada pela Companhia e suas controladas conforme divulgado acima.

b) Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro

Apesar de o CPC 14 determinar que a classificação dos instrumentos financeiros deva ser feita no momento original de seu registro, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que fossem classificados na data de transição, sendo essa a opção efetuada pela Companhia e suas controladas.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas--Continuação

c) Isenção para apresentação das demonstrações do valor adicionado sem indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior:

A Companhia e suas controladas optaram por apresentar as demonstrações do valor adicionado exclusivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior, assim como, optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos dos encerrados a partir de 1° de janeiro de 2008.

d) Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/08 e MP 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia e suas controladas irão consignar referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

e) Exceção sobre o reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros vigentes antes da data de transição e sobre a capitalização de custos iniciais de contratação diretamente associados a esses arrendamentos

Para os contratos vigentes na *data de transição* e que apresentaram as características de arrendamento mercantil financeiro, a Companhia registrou no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a *data de transição*. Os custos iniciais diretos, incorridos para a contratação desses arrendamentos, não foram capitalizados.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas--Continuação

f) Exceção sobre o tratamento de subvenções para investimentos:

Para as subvenções para investimentos recebidas anteriormente a 31 de dezembro de 2008, a Companhia manteve o tratamento contábil vigente na data em que foram originados, incluindo a manutenção dos respectivos saldos em conta de reserva de capital.

g) Exceção para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas irão reavaliar as estimativas de vida-útil econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização. Eventuais mudanças na estimativa da vida-útil econômica dos ativos, decorrentes dessa reavaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, no quadro abaixo, a Companhia está apresentando para esse exercício e o exercício anterior para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado, da controladora e consolidado, referentes às alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Os impactos no resultado da controladora e consolidado, estão demonstrados apenas para o resultado do exercício de 2008 face à opção efetuada pela Companhia em relação à data de transição:

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas--Continuação

- I) Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro nos termos do CPC 06 – Operações com Arrendamento Mercantil; e
- II) Contabilização de incentivos fiscais no resultado, como redução da despesa de imposto de renda e ICMS PROVIN (Estado do Ceará) e ICMS Desenvolve (Estado da Bahia) como deduções das vendas, nos termos do CPC 07 – Subvenção e assistência Governamentais.

Breve descrição do ajuste	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	Controladora		Consolidado		
	2008	2007	2008	2007	
Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	225.138	199.851	225.138	199.851	
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro	I	1.171	(425)	1.171	585
Contabilização de incentivos fiscais no resultado	II	-	-	-	-
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		1.171	(425)	1.171	585
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		226.309	199.426	226.309	200.436

Breve descrição do ajuste	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	Controladora	Consolidado	
	2008	2008	
Lucro líquido do exercício antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08		39.616	39.616
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro	I	1.594	585
Contabilização de incentivos fiscais no resultado	II	1.259	1.259
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral Da Lei 11.638/07 e MP 449/08		2.853	1.844
Lucro líquido do exercício com a aplicação integral Da Lei 11.638/07 e MP 449/08		42.469	41.460

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas -- Continuação

Adicionalmente, por conta da eliminação promovida pela Medida Provisória nº 449/08 da linha de resultado não operacional, a Companhia e suas controladas reclassificaram a receita não operacional, líquida de R\$ 6.494 e a despesa não operacional, líquida de R\$ 2.319, nas demonstrações do resultado da controladora e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente, para linha de outras receitas (despesas) operacionais.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

<u>Empresa</u>	<u>Participação %</u>
(i) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	33,33
(ii) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. ("Pico da Caledônia")	99,90

(i) Tergran (sociedade de capital fechado) – investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (controlada em conjunto – participação de 33,33% de cada investidor). A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

- (ii) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) – como previsto nos instrumentos contratuais do acordo operacional firmado entre J. Macêdo S.A. e Bunge Alimentos S.A., cada uma das partes convencionou constituir companhias separadas sob forma de sociedades por ações, tendo sido as ações respectivas, objeto de penhor, para garantia das operações pactuadas. A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A., detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. Em contrapartida, a Bunge Alimentos S.A. constituiu uma outra sociedade denominada Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A., detendo a Bunge Alimentos S.A. 999 ações e a J. Macêdo S.A. 1 ação.

A Pico da Caledônia é uma empresa de propósito específico, e seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2008 é assim resumida:

	2008	
	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Controladora	42.469	226.309
Ajustes de exercícios anteriores registrados pela controlada Pico da Caledônia	(1.009)	-
Consolidado	41.460	226.309

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na *data da transição* e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes a caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos recebíveis; e (iv) disponível para venda. Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados em:

d.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

d.1.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

d.2) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d.2.1) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: operações com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

e) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas na Nota 6.

f) Provisão para bonificações de clientes

As bonificações representadas por descontos financeiros concedidos são apresentadas como redução das contas a receber de clientes e constituídas com base em valores e/ou percentuais definidos em contratos, basicamente com grandes redes varejistas. As bonificações incorridas que não estão diretamente relacionadas com as contas a receber foram registradas no passivo, como outras contas a pagar.

g) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridas.

j) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. Em 2007, os contratos de arrendamento eram classificados como arrendamento operacional e alocados ao resultado a medida do pagamento das contraprestações.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável, conforme descrito na Nota 13.

l) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

m) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Tributação sobre a receita

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

ICMS – Alíquotas de 7% a 19%

PIS – Alíquota de 1,65% (a)

COFINS – Alíquota de 7,60% (a)

(a) Excetuando a farinha de trigo, cuja alíquota foi reduzida a zero, conforme Medida Provisória nº 433 de 27 de maio 2008.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais concedido pelos Governos dos Estados do Ceará e Bahia nas modalidades PROVIN e DESENVOLVE, os quais estão descritos na Nota 24. Os recursos oriundos desses benefícios são reconhecidos mensalmente, como redutores das deduções de vendas, na data de sua apuração.

o) Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

o) Tributação sobre o lucro--Continuação

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são demonstrados pelo valor que se espera realizar. A Companhia ainda não atende aos critérios que regem o reconhecimento de crédito tributário dessa natureza, que somente são reconhecidos quando os benefícios são utilizados. O crédito tributário potencial não reconhecido nas demonstrações contábeis está divulgado na Nota 23.

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2008 até 2017 para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2008 até 2017, para fabricação de massas alimentícias e mistura para bolo e redução de 25% do imposto de renda e adicionais por 5 (cinco) anos a partir do ano de 2004 até 2008 e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 para industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

p) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo estadual e federal e de que serão auferidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros de incentivos fiscais no patrimônio líquido, exceto as subvenções relativas ao benefício do imposto de renda garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em cumprimento ao disposto na Nota 2.1.f.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Em 2007, os ativos e passivos não eram descontados a valor presente.

r) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos (somente em 2008); a provisão para contingências; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis (somente em 2008); as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

s) Provisão para contingências

Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritas na Nota 17.

t) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM ° 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas

Companhias	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Ativo				
J. Macêdo S.A. Com. Adm. e Participações	4.020	8.909	4.020	8.909
J. Macêdo Alimentos S.A.	41.771	46.800	41.771	46.800
Cemec Construções Eletromecânicas S.A.	3.887	3.887	3.887	3.887
Dinel Participações Ltda.	1.207	1.207	1.207	1.207
Sul Trigo Cereais Comércio Atacadista Ltda.	29	-	29	-
Outros	302	189	302	189
	51.216	60.992	51.216	60.992
Passivo				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	5.221	3.329	-	-
Cipolin S.A.	23.169	8.440	23.169	8.440
	28.390	11.769	23.169	8.440

As naturezas das operações são:

Companhias	Natureza da operação	Prazo de vencimento
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	Acordo de industrialização	Indeterminado
J. Macêdo S.A. Com. Adm e Participações	Mútuo	Indeterminado
J. Macêdo Alimentos S.A.	Mútuo e recebíveis	Indeterminado
Cemec Construções Eletromecânicas S.A.	Mútuo	Indeterminado
Dinel Participações Ltda.	Mútuo	Indeterminado
Sul Trigo Cereais Comércio Atacadista Ltda.	Mútuo	Março de 2010
Cipolin S.A.	Operação comercial	Indeterminado
Cipolin S.A.	Empréstimos	Outubro de 2009

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

A controladora J. Macêdo Alimentos S.A. é devedora das seguintes importâncias em 31 de dezembro de 2008, sobre as quais não incidem encargos ou taxas de juros:

i) R\$ 2.431, correspondem a operações de mútuos.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas--Continuação

- ii) R\$ 4.626, referente aos recebíveis decorrentes de valores pagos pela Companhia à controladora, cujo saldo vem sendo amortizado com o produto do arrendamento da unidade industrial moageira localizada em Londrina – PR, de propriedade da controladora e que até novembro de 2003 operava como industrializadora de trigo;
- iii) R\$ 24.590, referente aos recebíveis por operações mercantis (venda de produtos) efetuadas à J. Macêdo Alimentos S.A., a preços de mercado, até novembro de 2003, período em que ainda atuava como industrializadora, e cujo saldo vem sendo amortizado com dividendos recebidos da Companhia.
- iv) R\$ 10.124, referente aos recebíveis por obrigações da controladora, descritas na Nota 16.b.

Os contratos de mútuo sobre os quais não incidem encargos foram celebrados em exercícios anteriores e em condições específicas, contratadas entre as partes, que não foram necessariamente realizadas em condições usuais de mercado. Essas operações não afetam de forma significativa a situação financeira da Companhia e empresas intervenientes nessas operações.

Durante o ano de 2008, a Companhia importou trigo fundamentalmente da Argentina e dos Estados Unidos no valor total de R\$ 184.180, a preço de mercado, junto a Companhia ligada Cipolin S.A., com sede no Uruguai. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

Avais

A Companhia não possui nenhuma garantia prestada a partes relacionadas ou a terceiros.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos do contas a receber e notas promissórias emitidas pela Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 5% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas--Continuação

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Honorários da administração

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 500 (R\$ 6.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício de 2008, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 4.744 (R\$ 5.053 em 2007).

5. Caixa e equivalentes a caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Banco conta movimento	19.050	10.414	19.087	10.441
Aplicações financeiras:				
Fundos de renda fixa	32.912	33.248	33.047	33.403
CDB – Certificado de Depósito Bancário	37.181	-	37.181	-
	89.143	43.662	89.315	43.844

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos fundos de investimentos financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações não possuem prazo de resgate determinado.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Clientes no país	121.821	126.405	121.922	126.288
Provisão de verbas contratuais	(7.445)	(6.532)	(7.445)	(6.532)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.152)	(7.266)	(3.152)	(7.266)
	111.224	112.607	111.325	112.490

A provisão de verbas contratuais de clientes é oriunda de obrigações contratuais de serviços dos grandes varejistas, deduzida dos valores das faturas em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a expectativa de perda sobre as contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2008, contas a receber no valor de R\$ 25.900 se constituem em garantia fiduciária das debêntures (Nota 15).

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

Prazo:	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
A vencer	109.552	109.858	109.653	109.741
1 a 30 dias	6.702	8.568	6.702	8.568
31 a 60 dias	1.421	576	1.421	576
61 a 90 dias	889	140	889	140
91 a 120 dias	525	37	525	37
121 a 150 dias	235	62	235	62
151 a 180 dias	82	132	82	132
Vencidos há mais de 180 dias	2.415	7.032	2.415	7.032
	121.821	126.405	121.922	126.288

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Matéria prima	12.871	18.613	12.871	18.613
Façon (matéria-prima e embalagem)(a)	8.098	16.737	8.098	16.737
Importações em andamento	3.446	18.320	3.446	18.320
Produtos em processo	309	1.762	309	1.762
Produtos acabados	40.605	30.687	40.605	30.687
Materiais de produção	21.880	18.582	21.880	18.582
Materiais de manutenção e outros	3.874	3.499	3.874	3.499
Adiantamentos a fornecedores	20.329	18.438	20.329	18.438
(-) Provisão para perdas em estoque	(641)	(513)	(641)	(513)
	110.771	126.125	110.771	126.125

(a) Substancialmente representado por estoque em poder da Bunge Alimentos S.A., relativo ao acordo operacional mencionado na Nota 1.b.

A Companhia possui em suas instalações estoques pertencentes a Bunge Alimentos S.A. no montante de R\$ 5.309, os quais estão contabilizados nos livros daquela companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Bens destinados à venda

Referem-se a um terreno recebido como quitação de dívida no montante de R\$ 801, situado em Bayeux – PB, e terrenos e edificações de um moinho localizado em São Paulo-SP, no montante de R\$ 4.988, cujas operações foram descontinuadas.

No último trimestre de 2008 foi efetuada a venda de um moinho localizado em Niterói – RJ.

9. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	10.858	6.659	17.517	20.343	-	20.343
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	758	956	1.714	1.334	-	1.334
Imposto de renda a compensar	9.563	-	9.563	685	-	685
PIS e COFINS a compensar	785	-	785	882	-	882
Outros impostos e contribuições	1.000	-	1.000	701	-	701
	22.964	7.615	30.579	23.945	-	23.945

	Controladora					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	10.858	6.659	17.517	20.343	-	20.343
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	758	956	1.714	1.334	-	1.334
Imposto de renda a compensar	9.563	-	9.563	686	-	686
PIS e COFINS a compensar	785	-	785	882	-	882
Outros impostos e contribuições	1.013	-	1.013	708	-	708
	22.977	7.615	30.592	23.953	-	23.953

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Participações em empresas controladas	24.229	21.549	-	-
Outros investimentos	460	460	460	460
	24.689	22.009	460	460

	Tergran	Pico da Caledônia	2008 Total
Informações sobre as investidas			
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	
Participação no capital total e votante	33,33%	99,90%	
Capital social	9.204	18.389	
Patrimônio líquido	9.606	21.045	
Lucro líquido do exercício	402	1.556	
Movimentação dos investimentos			
Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.088	18.461	21.549
Equivalência patrimonial	114	2.566	2.680
Saldo em 31 de dezembro de 2008	3.202	21.027	24.229

A controlada Pico da Caledônia contabilizou ajustes de exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.009, relativos à adoção da Lei nº 11.638/07.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação -%	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
				2008	2007
(a) Controladora:					
Terrenos	-	8.426	-	8.426	9.683
Benfeitorias	4	38	(15)	23	23
Edificações e outros imóveis	4 a 4,7	97.456	(58.686)	38.770	27.915
Benfeitorias em bens de terceiros	4	5.448	(281)	5.167	243
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10	117.603	(72.006)	45.597	28.275
Instalações	10	22.365	(20.364)	2.001	2.615
Móveis e utensílios	10	9.340	(5.881)	3.459	3.726
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	20	14.117	(6.058)	8.059	4.751
Equipamentos de comunicação	10	81	(33)	48	46
Veículos	20	57	(57)	-	36
Pallets e outros	20	2.154	(965)	1.189	393
Obras em andamento	-	7.012	-	7.012	15.974
Adiantamento a fornecedores	-	7.398	-	7.398	146
		291.495	(164.346)	127.149	93.826

	Taxas médias anuais de depreciação -%	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
				2008	2007
(b) Consolidado:					
Terrenos	-	10.775	-	10.775	12.032
Benfeitorias	4	38	(15)	23	23
Edificações e outros imóveis	4 a 4,7	100.221	(59.921)	40.300	39.366
Benfeitorias em bens de terceiros	4	5.448	(281)	5.167	31.769
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10	119.783	(73.517)	46.266	2.894
Instalações	10	22.659	(20.628)	2.031	3.751
Móveis e utensílios	10	9.369	(5.898)	3.471	4.756
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	20	14.214	(6.149)	8.065	46
Equipamentos de comunicação	10	81	(33)	48	36
Veículos	20	57	(57)	-	555
Pallets e outros	20	2.154	(965)	1.189	243
Obras em andamento	-	7.012	-	7.012	15.974
Adiantamento a fornecedores	-	7.398	-	7.398	146
		299.209	(167.464)	131.745	111.591

As obras em andamento estão representadas por reformas e ampliações em instalações industriais.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Arrendamento Mercantil

A Companhia possui certos contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos. A Companhia classifica um arrendamento como financeiro quando pelo menos uma das seguintes condições é atendida:

- i) Há a transferência de propriedade do ativo para a Companhia no fim do prazo do arrendamento;
- ii) A Companhia tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui intenção provável de exercê-la;
- iii) O prazo do arrendamento refere-se a, no mínimo, 75% da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Companhia entende que 75% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo;
- iv) No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento representa, no mínimo, 90% do valor justo do ativo arrendado. A Administração da Companhia entende que 90% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

A Companhia estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos alugueis mínimos a serem utilizados para cálculo do critério “iv” acima.

a) Arrendamentos financeiros

A Companhia possui 3 contratos de arrendamento que foram classificados como arrendamento financeiro. Os principais efeitos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a.1) Ativo Imobilizado (“Propriedades com Arrendamento Mercantil”):

<u>Tipo</u>	<u>Prazo do contrato (anos)</u>	<u>Custo (valor presente dos aluguéis mínimos)</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Estabelecimentos industriais	21 e 22	45.310	(32.616)	12.694
Computadores	3	2.295	(153)	2.142
		<u>47.605</u>	<u>(32.769)</u>	<u>14.836</u>

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Arrendamento Mercantil--Continuação

a.2) Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>Pagamentos mínimos</u>	<u>Desconto a valor presente</u>	<u>Valor presente dos pagamentos mínimos</u>
2009	1.783	(1.523)	260
2010 a 2014	8.915	(7.273)	1.642
Após 2014	24.409	(12.785)	11.624
	<u>35.107</u>	<u>(21.581)</u>	<u>13.526</u>

a.3) Contas de resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia registrou no resultado do período, R\$ 803 (R\$ 650 em 2007) de despesas de depreciação, R\$ 1.541 (R\$ 1.558 em 2007) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.783 (R\$ 1.783 em 2007).

b) Arrendamentos operacionais

A Companhia possui 3 contratos de arrendamento classificados como operacionais que possuem os seguintes vencimentos:

<u>Vencimento</u>	<u>Pagamentos mínimos</u>
2009	1.504
2010 a 2014	780
	<u>2.284</u>

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 4.141.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (controladora e consolidado)

	Taxas médias anuais de amortização -%	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
				2008	2007
Vida útil indefinida					
Marcas e patentes	-	52	-	52	-
Vida útil definida					
Softwares	20	21.324	-	21.324	-
Outros	20	-	-	-	361
		21.376	-	21.376	361

Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial – ERP do SAP. Estes ativos intangíveis, cuja vida útil é definida serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Indexador	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Capital de giro (1)	Variação do CDI mais 2,43% a.a.	42.924	10.108	42.924	10.108
FINAME (2)	Variação da TJLP mais 1,9 % a.a.	6.529	5.971	6.529	5.971
Leasing	Variação do CDI mais 0,94%	2.625	-	2.625	-
Moeda estrangeira					
FINIMP (3)	Variação do US\$ mais 7,2% a.a.	5.242	-	5.242	-
		57.320	16.079	57.320	16.079
Circulante		(44.999)	(11.815)	(44.999)	(11.815)
Não circulante		12.321	4.264	12.321	4.264

(1) Garantido, não em sua totalidade, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.

(2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e nota promissória.

(3) Garantido por notas promissórias.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2008	2007
2009	-	1.451
2010	4.443	1.378
2011	7.260	1.120
2012	618	315
	12.321	4.264

15. Debêntures (controladora e consolidado)

	2008	2007
Passivo		
Circulante		
Principal	29.609	14.804
Encargos	4.378	4.035
(-)Custos de captação	(412)	-
	33.575	18.839
Não circulante		
Principal	59.187	88.796
(-)Custos de captação	(721)	-
	58.466	88.796
	92.041	107.635

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures (controladora e consolidado)--Continuação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, passamos a contabilizar os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de debêntures e amortizá-los com base na mesma base de amortização das debêntures.

Características da oferta:

Debêntures	1ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	10.360
Remuneração	CDI + 1,5% a.a.
Vencimento	01/09/2011

Em 18 de outubro de 2007, foi efetuada a liquidação financeira referente à primeira oferta pública de debêntures da Companhia com data de emissão de 1º de setembro de 2007 e valor nominal de R\$ 10, com a captação do montante bruto de R\$ 105.147 (inclui rendimento de 1º de setembro a 18 de outubro de 2007).

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão conversíveis em ações da Companhia.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, a partir do 12º mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º de setembro de 2008 e a última em 1º de setembro de 2011.

A operação está garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da J. Macêdo S.A., decorrentes da comercialização de seus produtos, representados por duplicatas físicas e/ou escriturais.

Esta operação teve classificação de risco brA- da "Standard & Poor's".

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2008	2007
2009	-	29.609
2010	29.609	29.609
2011	29.578	29.578
	59.187	88.796

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Tributos a recolher

	Controladora					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	9.112	-	9.112	8.790	-	8.790
PIS	290	-	290	311	-	311
COFINS	1.265	-	1.265	1.435	-	1.435
Parcelamento ICMS a recolher (a)	909	2.667	3.576	1.740	3.478	5.218
Parcelamento PAES (b)	5.947	20.813	26.760	4.704	18.949	23.653
Parcelamento AFRMM	80	35	115	74	106	180
Parcelamento Excep. – PAEX (c)	513	3.850	4.363	487	6.180	6.667
Diferimento ICMS (PROVIN)	6.257	3.978	10.235	916	5.889	6.805
INSS retido	375	-	375	361	-	361
ISS retido	109	-	109	109	-	109
IRPJ e CSSL	-	-	-	2.017	-	2.017
Outros	220	-	220	88	-	88
Total	25.077	31.343	56.420	21.032	34.602	55.634

	Consolidado					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	9.112	-	9.112	8.790	-	8.790
PIS	290	-	290	311	-	311
COFINS	1.265	-	1.265	1.435	-	1.435
Parcelamento ICMS a recolher (a)	909	2.667	3.576	1.740	3.478	5.218
Parcelamento PAES (b)	5.947	20.813	26.760	4.704	18.949	23.653
Parcelamento AFRMM	80	35	115	74	106	180
Parcelamento Excep. – PAEX (c)	513	3.850	4.363	487	6.180	6.667
Diferimento ICMS (PROVIN)	6.257	3.978	10.235	916	5.889	6.805
INSS retido	375	-	375	361	-	361
ISS retido	112	-	112	112	-	112
IRPJ e CSSL	93	-	93	2.042	-	2.042
Outros	275	-	275	88	-	88
Total	25.228	31.343	56.571	21.060	34.602	55.662

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Tributos a recolher--Continuação

- a) Parcelamentos de débitos de ICMS das unidades de Maceió e Niterói, efetuado em 2003 e 2002. Em 31 de dezembro de 2008, os saldos em aberto são compostos por 48 e 40 parcelas, respectivamente, sendo as parcelas de curto prazo no montante de R\$ 909 (R\$ 1.740 em 31 de dezembro de 2007).
- b) O saldo de parcelamentos federais (PAES) existente em 31 de dezembro de 2008, no valor de R\$ 26.760, decorre de obrigações no montante original de R\$ 25.721, sendo R\$ 15.597 de IPI da Companhia e R\$ 10.124 de obrigações da controladora (J. Macêdo Alimentos S.A.) à época da reestruturação societária ocorrida em 1999, conforme detalhado a seguir:

De outubro de 1999 a fevereiro de 2000, a controladora recolheu as contribuições ao PIS e à COFINS referentes às unidades de Fortaleza, Maceió, Recife, Salvador e Niterói, apesar dessas unidades, naquele período, já terem sido migradas contábil e operacionalmente para a Companhia.

Como o recolhimento desses tributos tinha sido feito pela controladora, a Companhia permaneceu como devedora dos tributos, incluindo-os oportunamente no PAES – Pedido de Parcelamento Especial. Em contrapartida, constituiu créditos de mesmo valor a receber da controladora, que ingressou junto à Secretaria da Receita Federal com pedido de restituição dos valores recolhidos por conta e ordem da Companhia. Como consequência, a Companhia e a controladora firmaram contrato pelo qual, a controladora se compromete a repassar à Companhia todo o valor devido relativo ao processo.

- c) A Companhia em 14 de setembro de 2006 exerceu a opção do Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos do artigo 1º da Medida Provisória nº. 303 de 29 de junho de 2006, por um período de 130 meses, podendo a qualquer tempo ser amortizado integralmente pela Companhia. Foram incluídos os processos de imposto de renda e contribuição social, cujos valores estavam pendentes face a compensações vedadas em razão da Instrução Normativa 41/2000 e, em outro caso, compensação superior aos 30%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
2009	11.340	12.062	11.340	12.062
2010	7.369	6.067	7.369	6.067
2011	7.308	6.067	7.308	6.067
2012	3.545	6.140	3.545	6.140
A partir de 2013	1.781	4.266	1.781	4.266
	31.343	34.602	31.343	34.602

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências

A Companhia é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e de 31 de dezembro de 2007 têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Tributárias (a)	15.453	15.414	15.453	15.414
Trabalhista (b)	5.447	5.426	5.447	5.426
Cíveis e administrativas (c)	3.702	3.747	3.702	3.747
Total	24.602	24.587	24.602	24.587

a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 222.479, sendo R\$ 56.552 de tributos federais e R\$ 165.730 de impostos estaduais e R\$ 197 de tributos municipais. Do valor total da contingência tributária, (i) R\$ 15.453 referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; (ii) R\$ 113.556 referem-se à chance possível de perda em diversas ações; e (iii) R\$ 3.470 referem-se a contingências avaliadas como perdas remotas.

Os Estados de São Paulo, Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rondônia, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Paraná exigem supostos débitos de ICMS no valor de R\$ 165.730, cuja expectativas de perdas foram avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como possível e/ou remota. Desta forma, nenhuma provisão para perda foi contabilizada.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

Adicionalmente, a Companhia está pleiteando a homologação de compensação efetuada entre créditos de PIS e COFINS (originados de pagamentos indevidos por conta da inclusão, na base de cálculo dessas contribuições, de receitas de vendas com destino à Zona Franca de Manaus) com débitos de COFINS e IRPJ. O valor estimado da discussão é de R\$ 1.347.

Discute-se judicialmente o reconhecimento do direito a créditos de PIS para compensar com débitos de PIS e COFINS. Entende-se que esses créditos decorrem de recolhimentos indevidamente efetuados nos termos da Lei nº 10.637/2002, sob o fundamento de que a nova sistemática de cobrança do PIS trazida por essa Lei não poderia produzir efeitos durante os 90 (noventa) dias que sucederam a sua publicação. O valor estimado da discussão é de R\$ 4.968.

b) Trabalhistas

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais decorrentes de equiparações e integrações das horas extras e férias.

Em 31 de dezembro de 2008, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nas ações trabalhistas em andamento é de aproximadamente R\$ 25.128. Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 5.447 referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 14.224 referem-se à chance possível de perda.

Em 31 de dezembro de 2008, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas totalizavam o montante de R\$ 789.

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 9.038. Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 3.702 referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 4.823 referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo a ações indenizatórias por acidente de trabalho, representantes comerciais e ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 197.872, estava representado por 21.832.128 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 11.496.342 de ações ordinárias e 10.335.786 de ações preferenciais, das quais 10.334.449 de classe “A” e 1.337 de classe “B” subscritas com recursos do FINOR.

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe “B”, foram subscritas com recursos do “Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR”, e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe “B” farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do conselho de administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da assembléia geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c) Reserva de capital – Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrente da isenção dos impostos de renda registrado como reserva de capital no exercício em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 238. Esta reserva destina-se a aumento de capital ou compensação de prejuízo não podendo ser distribuída aos acionistas.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio Líquido--Continuação

d) Reservas de lucros – Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme comentado na Nota 3.p.

e) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal até alcançar 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

A Administração está propondo uma distribuição de dividendos no valor de R\$ 15.586, “ad-referendum” da Assembléia Geral Ordinária, como segue:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	42.469	10.608
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(425)	-
	42.044	10.608
(-) Reserva legal – 5%	(2.102)	(530)
	39.942	10.078
(-) Reserva de incentivos fiscais	(24.356)	-
Base de cálculo dos dividendos	15.586	10.078
Dividendos propostos:		
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	3.896	2.520
Dividendos complementares	11.690	7.558
	15.586	10.078

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Pessoal e encargos sociais	(40.573)	(43.026)	(40.573)	(43.026)
Distribuição	(71.280)	(71.562)	(71.280)	(71.562)
Serviços de terceiros	(94.924)	(73.577)	(94.924)	(73.577)
Outras despesas	(6.356)	(12.687)	(6.356)	(12.687)
Total	(213.133)	(200.852)	(213.133)	(200.852)

20. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Pessoal e encargos sociais	(30.843)	(29.384)	(29.669)	(29.487)
Serviços de terceiros	(28.364)	(21.991)	(28.402)	(21.996)
Outras despesas	(8.944)	(10.287)	(10.214)	(10.301)
Total	(68.151)	(61.662)	(68.285)	(61.784)

21. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Despesas de juros	(22.314)	(12.796)	(22.317)	(12.859)
Variações monetárias e cambiais passivas	(10.815)	(748)	(10.815)	(748)
CPMF	(116)	(5.197)	(116)	(5.208)
Outras despesas financeiras	(2.693)	(5.311)	(2.693)	(5.311)
Descontos concedidos	(2.128)	(133)	(2.128)	(133)
Tarifas bancárias	(895)	(1.628)	(895)	(1.628)
IOF	(3.681)	(775)	(3.681)	(776)
Total das despesas financeiras	(42.642)	(26.588)	(42.645)	(26.663)
Receitas de juros	5.915	4.889	5.861	4.889
Descontos obtidos	977	439	977	439
Variações monetárias e cambiais ativas	6.474	903	6.139	903
Outras receitas financeiras	439	454	770	454
Total das receitas financeiras	13.805	6.685	13.747	6.685
Resultado financeiro líquido	(28.837)	(19.903)	(28.898)	(19.978)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Reversão (provisão) para realização de bens destinados à venda	1.380	(1.380)	1.380	(1.380)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.169)	(5.850)	(7.198)	(6.085)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	1.925	(439)	1.925	(439)
	(3.864)	(7.669)	(3.893)	(7.904)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.188	19.985	46.506	20.146
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(2.680)	(172)	-	-
Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	44.508	19.813	46.506	20.146
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	15.132	6.736	15.812	6.850
Provisões para contingências	49	919	49	919
Provisão para devedores duvidosos	(1.115)	1.801	(1.115)	1.801
Outras provisões	347	3.082	347	3.082
Despesas não dedutíveis	1.472	1.350	1.472	1.350
Provisão para participação de empregados no lucro	619	(1.306)	619	(1.306)
Compensação do prejuízo fiscal	(2.662)	(3.829)	(2.662)	(3.829)
Incentivo fiscal federal	(428)	(238)	(428)	(238)
Incentivo fiscal estadual	(7.853)	-	(7.853)	-
Outros	(842)	862	(1.195)	909
Despesas de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	4.719	9.377	5.046	9.538
Alíquota efetiva	10%	47%	11%	47%

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Prejuízo fiscal e base negativa

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados de R\$ 81.543 (R\$ 89.374 em 2007) e base negativa de contribuição social de R\$ 83.455 (R\$ 91.270 em 2007), para compensação com lucros tributáveis. Tendo em vista a apuração de prejuízo fiscal nos exercícios anteriores a 2006, a Administração da Companhia decidiu não constituir imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, nem sobre as diferenças temporárias existentes em 31 de dezembro de 2008.

24. Incentivos fiscais

a) ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2008 até 2017 para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2008 até 2017, para fabricação de massas alimentícias e mistura para bolo e redução de 25% do imposto de renda e adicionais por 5 (cinco) anos a partir do ano de 2004 até 2008 e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 para industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 555, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 07, o valor de R\$ 1.259 correspondente ao incentivo SUDENE (ADENE) apurado a partir da vigência da Lei 11.368/07 foi contabilizado no resultado do exercício como redutora da despesa com imposto de renda. Até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao incentivo era creditado diretamente na conta de reserva de capital, no patrimônio líquido.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Incentivos fiscais--Continuação

b) Estado do Ceará

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial ("PROVIN"), que tem como objetivo conceder incentivo fiscal para o desenvolvimento das atividades industriais em todo o território do Estado do Ceará.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, este incentivo fiscal totalizou R\$ 21.845 (R\$ 15.332 em 31 de dezembro de 2007).

Nos termos do PROVIN, foram concedidos à sociedade incorporada os seguintes incentivos:

(i) a unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até junho de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subseqüentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS; e

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tem se beneficiado apenas dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, e a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

c) Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções 86, de 1º de novembro de 2006 e 96, de 30 de agosto de 2008.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, este incentivo fiscal totalizou R\$ 1.252.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com sua classificação.

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia não tinha nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes a caixa – Estão apresentados ao seu valor de mercado.
- Aplicações financeiras – São classificadas como destinadas à negociação e apresentado ao seu valor de mercado.
- Contas a receber – Decorrem diretamente das operações, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas.
- Fornecedores – Decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de insumos com preço praticados a valor de mercado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são substancialmente iguais em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são os seguintes:

(i) Risco de câmbio e de preços dos insumos e produtos acabados

O principal insumo utilizado no processo produtivo é o trigo, cujo preço sofre flutuações em função das forças de mercado, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado internacional. Os riscos da taxa de câmbio e preço do trigo relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio e preço do trigo aumentando o custo da matéria-prima (trigo importado) e de produção. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo no mercado internacional ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a 7 (sete) dias, não tendo ocasionado saldos a pagar na data do balanço.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários.

Quadro 1 - Risco de variação cambial

				<u>2008</u>
				R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
PASSIVOS FINANCEIROS				
Finimp	USD	(1.693)	(2.122)	(2.544)
Cipolin	USD	(1.332)	(1.667)	(1.998)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em	25%	50%
Dólar USD/R\$		2,337	2,921	3,506

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de vir a incorrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

Quadro 2 Risco de deterioração dos encargos financeiros

				2008
				R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras	CDI	5.915	7.393	8.872
PASSIVOS FINANCEIROS				
Capital de giro	CDI	(3.775)	(4.718)	(5.662)
Finame	TJLP	(578)	(722)	(867)
Leasing	CDI	(40)	(50)	(60)
Debêntures	CDI	(14.687)	(18.358)	(22.030)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		25%
			50%	
	CDI (%)	12,38	15,48	18,57
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		25%
			50%	
	CDI %	12,38	15,48	18,57
	TJLP %	6,25	7,81	9,38

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

Quadro 3 Risco de deterioração das receitas financeiras

					2008
					R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Aplicações financeiras	CDI	5.915	4.436	2.958	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Debêntures	CDI	(14.687)	(11.009)	(7.343)	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Deterioração da taxa em		25%	50%
	CDI (%)	12,38	9,28	6,19	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Deterioração da taxa em		25%	50%
	CDI %	12,38	9,28	6,19	

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e das suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

(iii) Risco operacional de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

(iv) Risco de crédito financeiro

Não há concentração de recursos disponíveis que não tenham sido mencionados acima que poderiam, se eliminados repentinamente, impactar severamente a operação da Companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2008 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros totais contratados são as seguintes:

Modalidade:	2008
Incêndios, raios e explosões	65.411
Danos elétricos	600
Vendaval	20.000
Lucros cessantes decorrentes de incêndios	36.000
	122.011

27. Eventos subsequentes

Em 6 de janeiro de 2009, atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas, ao mercado e à sociedade a aquisição, naquela data, da totalidade das quotas do capital social da ORLANDO CHIARINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., sociedade empresária com sede na Rua Antônio Scodeler nº. 387, Bairro Faisqueira, em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração de J. Macêdo S.A. em reunião realizada em igual data, nos termos do art. 15, "i", do Estatuto Social e será submetida à ratificação pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, a ser convocada com esse objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da Lei nº 6.404/76 e à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A CHIARINI iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1953 e dedica-se precipuamente às atividades de indústria e comércio de massas alimentícias.

A aquisição está inserida no projeto da Companhia visando a ampliação de sua capacidade instalada no segmento de massas e objetivou o ingresso em mercado até então não operado industrialmente pela J. Macêdo S.A..